

## **BOLETIM 294**

**Brasília, 13 de fevereiro de 2017**

### **Mazinho, na retomada da Mesa da Construção, defende prioridade aos investimentos no setor e na economia para gerar empregos e renda**

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, ao participar da primeira reunião da Mesa Permanente da Construção (tripartite), com a presença de representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários, voltou a defender “a imediata retomada dos investimentos no setor da construção e em outros segmentos da economia como prioridade absoluta”.

A reunião, que aconteceu na última semana no Ministério do Trabalho, teve início com a participação do secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda, sendo coordenada, posteriormente pelo secretário adjunto de Relações do Trabalho, José Barbosa, e pelo coordenador de Relações do Trabalho, Antonio Artequilino da Silva Neto.

Contou, ainda, com a presença dos companheiros Geraldo Ranthum, presidente licenciado da FETRACONSPAR e representante da NCST; Altamiro Perdoná, presidente da FETICOM-SC e vice-presidente da CONTRICOM; Miguel



**Mazinho (segundo à esq.) durante a reunião da Mesa da Construção no Ministério do Trabalho**

Torres, presidente da Força Sindical; Miraldo Vieira, representante da CTB e secretário-geral da CONTRICOM; Tiago Nunes, secretário suplente da CONTRICOM (RJ); Madeira, representante da CUT; e dra. Carla, da assessoria do escritório da dra. Zilmara Alencar. Estavam presentes, ainda, o deputado Bebeto (PSB-BA) e representantes dos empresários – CBIC, SECONCI, Sinduscon-BA, entre outros.

Mazinho lembrou, na ocasião, que “historicamente, a construção sempre foi a porta de saída da crise, pois trata-se de um segmento que envolve mais de 50 atividades econômicas. No entanto, acrescentou é o setor mais penalizado pela crise. Só no último ano perdemos quase meio milhão de empregos”.

“Não adianta ampliar as faixas para a construção de unidades habitacionais no programa Minha Casa, Minha Vida diante do desemprego e queda da renda das famílias que temos hoje”, sentenciou o dirigente sindical, argumentando que medidas como essa não conseguirão reanimar a economia.



O presidente da CONTRICOM salientou que “se o governo não retomar os investimentos, o setor privado também não vai investir. O governo que deve dar o exemplo, pois só assim recuperaremos os empregos perdidos e a economia voltará a crescer”.

“Se o governo recuperar a economia terá autoridade para discutir com a sociedade e com os trabalhadores alterações na Previdência ou na legislação trabalhista que sejam positivas para o país, do contrário, a resistência será como está sendo enorme às reformas, até porque essas que foram encaminhadas ao Congresso Nacional suprimem importantes direitos e conquistas dos trabalhadores e de toda sociedade”, argumentou.

A próxima reunião da Mesa Permanente da Construção será em abril, após a escolha formal e definitiva de seus membros pelo Conselho do Trabalho. A CONTRICOM e outras entidades laborais deverão ter representação assegurada no colegiado.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Reformas da Previdência e trabalhista devem movimentar a Câmara nesta semana

As primeiras reuniões de trabalho das comissões especiais das reformas da Previdência e trabalhista serão realizadas amanhã (14) à tarde. Nas reuniões, os relatores da reforma da Previdência, Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), e trabalhista, Rogério Marinho (PSDB-RN), vão



apresentar os roteiros de atividades e sugestões de nomes de pessoas a serem convidadas para debater as propostas. Também devem ser votados na terça-feira requerimentos de deputados para audiências públicas nas comissões.

Além da reunião de terça, as duas comissões devem voltar a se reunir na quinta-feira (16) para as primeiras audiências públicas. O relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) 287, que trata da reforma da Previdência, já anunciou que a comissão deverá ouvir na reunião de quinta-feira o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, que foi o principal elaborador da proposta. O relator quer ouvir também, possivelmente nesta semana, representantes do Tribunal de Contas da União para explicar a real situação financeira do sistema previdenciário.

O relator do projeto de lei do Executivo (PL) 6.788/16, que trata da reforma trabalhista, ainda não anunciou quem deverá ser ouvido em primeiro lugar. No seu plano de trabalho, que será levado à comissão na terça-feira, Rogério Marinho vai apresentar uma relação de nomes a serem convidados para o debate da reforma. Ele quer ouvir entidades sindicais, empresários, governo, Justiça do Trabalho e especialistas no tema.



Além dos trabalhos das comissões especiais, a Câmara tem uma agenda de votações que inclui proposições como requerimentos de regime de urgência, projetos de lei e PECs. Consta da pauta e pode ser votado o projeto do Senado que reabre prazo para regularização de ativos não declarados enviados ao exterior por brasileiros. O novo prazo é de 120 dias, contados após 30 dias da sanção da futura lei. Também deve ser votado o projeto que permite aos partidos políticos manter diretórios provisórios de forma permanente.

Outros projetos que também podem ser votados são o que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, o que altera a Lei 10.836/2004, que institui o Programa Bolsa família, para incluir a exigência de realização do exame preventivo ginecológico entre as condicionalidades previstas para a concessão do benefício, o que autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepromona, femproporex e mazindol.

Consta ainda da pauta de votações projetos como o que tipifica como crime a comercialização de peixe ornamental e a venda, exportação, aquisição e guarda de espécimes da fauna silvestre, quando praticado de forma permanente, em grande escala, em caráter nacional ou internacional, e que aumenta a pena quando houver tentativa de evitar o flagrante.

*Fonte: Agência Brasil*

## Substitutivo da PEC 287 terá apoio da Nova Central

Conforme deliberado em reunião de diretoria executiva nacional e presidentes das centrais estaduais da NCST, fizemos uma leitura bastante apurada da proposta de Substitutivo à PEC 287/2016 que trata da Reforma da Previdência. Esse substitutivo foi elaborado por um conjunto de entidades da sociedade civil organizada e coordenado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Neste momento, o Substitutivo apresenta-se como uma saída viável para contrapor a PEC 287/2016. Convém esclarecer que eventuais Emendas "soltas" dificilmente serão acatadas, em função da mobilização e esforço do governo em aprovar essa trágica Reforma Previdenciária contida na PEC 287/2016.

Chegamos à conclusão que o mencionado Substitutivo engloba propostas que garantem a função social da Previdência, contemplando e preservando direitos históricos dos trabalhadores.

Diante disso, a Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST manifesta seu apoio formal à proposta de Substitutivo e recomenda que suas entidades filiadas também façam o mesmo e, ao mesmo tempo entrem em contato com os parlamentares nos seus respectivos estados angariando apoio para sua aprovação e, por consequência, barrar definitivamente essa criminosa PEC 287/2016.

Na próxima semana, estaremos conjuntamente com as demais entidades apresentando e entregando o mencionado Substitutivo ao relator da PEC, Deputado Arthur Maia – PPS - BA. Sem mais para o momento, e certos de contarmos com a necessária mobilização e colaboração de todos, ficamos à disposição para eventuais dúvidas.

**José Calixto Ramos**  
Presidente da NCST



## Relator recua e não deverá incluir terceirização na reforma trabalhista

O relator da reforma trabalhista (PL 6.787/16), o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) defendeu, na quinta-feira (9), quando foi oficializado na função, a ampliação do projeto enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso. Mostrando sintonia com o governo, porém, ele recuou de incluir mais temas polêmicos, que poderiam atrasar a tramitação, como a questão da terceirização da mão de obra.

“A terceirização está em um outro estágio. Se incluirmos a terceirização na comissão, volta ao início do trâmite legislativo, não seria inteligente”, disse, lembrando que já há outros projetos sobre o tema no Congresso.

O relator vai trabalhar para que outras questões, como a jornada de trabalho intermitente e a regulamentação do home office ou teletrabalho, façam parte do projeto. Os dois temas chegaram a ser cogitados pelo governo, que recuou de inclui-los na proposta após pressão das centrais sindicais.

**Plano de trabalho** - Segundo Marinho, a expectativa é que o projeto possa ser votado até o recesso parlamentar, em julho. Ele vai apresentar seu plano de trabalho na terça-feira (14).

*Fonte: Diap*

## Arthur Maia, relator da PEC 287, recebeu R\$ 300 mil de empresa de previdência

Designado relator, nesta quinta-feira (9), da comissão especial da Câmara que vai analisar a reforma da Previdência (PEC287/16), o deputado Arthur Maia (PPS-BA) recebeu duas doações da Bradesco Vida e Previdência nas eleições de 2014, totalizando R\$ 299.972. O montante representa 8% do que o deputado declarou na campanha.

As doações foram feitas ao seu partido, e repassadas ao candidato, segundo a prestação de contas do parlamentar divulgada no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Além da Bradesco Vida e Previdência, Arthur Maia recebeu doações de outras instituições financeiras, como os bancos Itaú Unibanco (R\$ 100 mil), Safra (R\$ 30 mil) e Santander (R\$ 100 mil). Os bancos também têm serviços de previdência privada, mas as doações foram feitas em nome geral das instituições.

**Sem “interesse conflitante”** - As doações foram feitas em 2014, quase dois anos antes de o governo Michel Temer começar a elaborar a proposta de reforma da Previdência. Portanto, não se sabia que ele seria relator do tema. Mesmo assim, ele poderia se considerar com conflito de interesses no presente, já que recebeu essas verbas no passado.

No entanto, o deputado não vê motivos para deixar de ser o relator. Em entrevista antes de ser oficializado como relator, ele disse que não

há conflito ético em exercer a função após ter recebido doações de tais empresas.

Maia disse, ainda, que pretende ouvir o setor de previdência privada durante as discussões sobre a reforma na Câmara.

### **Bancos afirmam que doações foram legais**

- As empresas também foram procuradas pela imprensa para saber sobre o motivo das doações.

**Atentado ao decoro** - Pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, o deputado Arthur Oleira Maia não pode ser o relator da proposta.

Veja o que diz o inciso VIII, do artigo 5º, do código, que impede a relatoria de “matéria submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral”.

*Fonte: Diap*

## **Senado comemora com sessão especial o Dia Nacional do Aposentado**

O Dia Nacional do Aposentado será celebrado em sessão especial nesta segunda-feira (13). O evento será realizado às 11h, no Plenário do Senado. Solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a sessão debaterá assuntos como direitos dos aposentados, saúde, alimentação e a reforma da Previdência.

Participarão do evento o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP); Iburici Fernandes, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos; Alexandre



Barreto Lisboa, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social; e outras entidades relacionadas a Previdência Social e aos aposentados.

O Dia Nacional do Aposentado foi instituído pela Lei 6926/81. A data é comemorada em 24 de janeiro, dia em que foi aprovada a Lei Eloy Chaves, em 1923, que criou a Caixa de Aposentadoria e Pensão, que deu origem à Previdência Social.

*Fonte: Agência Senado*

## **Turma reconhece legitimidade de sindicato para substituir apenas um trabalhador em processo**

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curvelo e Região (MG) para substituir processualmente um empregado do Banco do



Nordeste do Brasil S.A., único trabalhador a atuar na função de agente de desenvolvimento na sua base territorial. O processo deve agora retornar à Vara do Trabalho de Diamantina (MG) para que prossiga no julgamento.

A ação pretendia a alteração da jornada de trabalho e o pagamento de horas extras do agente, mas o juízo de primeiro grau extinguiu o processo sem resolução do mérito, por considerar que o sindicato não poderia atuar como substituto do trabalhador, pois a ação tratava de direitos individuais heterogêneos, que não se estendem a toda a categoria.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve a sentença e ressaltou ainda que, como ficou constatado que o trabalhador era o único naquela função, seria necessária a análise individualizada das circunstâncias do seu contrato de trabalho. Para o TRT, ao invés da substituição pessoal, o agente deveria ter se valido da assistência sindical (artigo 14 da Lei 5.584/70), postulando em nome próprio.

**Legitimidade reconhecida** - O relator do recurso do sindicato ao TST, ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, afirmou que a decisão regional violou o artigo 8º, inciso III, da Constituição da República, que trata da organização sindical. O relator destacou que tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto a jurisprudência do TST já se posicionaram em favor da legitimidade processual dos sindicatos “para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada”. A decisão foi unânime.

*Fonte: TST*

## Mãe que sustenta a família poderá ter direito a saque do FGTS

Uma proposta em análise no Senado possibilita o saque do FGTS para mães trabalhadoras responsáveis pelo sustento da família (PLS 443/2016). O texto, que será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), permite que as mulheres com filhos recém-nascidos saquem uma parte do FGTS no primeiro ano de vida da criança. O dinheiro pode ser retirado em até seis parcelas de um salário mínimo. O autor do projeto, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), destacou que a medida atenderá principalmente mães solteiras, viúvas ou com marido desempregado.

*Fonte: Agência Senado*

### **AGENDA PRESIDENTE**

#### **FRANCISCO CHAGAS COSTA - MAZINHO**

Participa, hoje (13), em Brasília, de reunião na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, para discutir a Reforma da Previdência e o atual quadro político do país. Do encontro deverá resultar visitas aos parlamentares federais e a organização de atos públicos em Brasília e nos Estados contra a proposta governamental para a Previdência.

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**